

# 285 Atraso nas votações dará rombo mensal de R\$ 740 milhões

A crise política que obrigou o governo a adiar a convocação do Congresso do dia 18 de dezembro para o dia 8 de janeiro vai resultar em um déficit de R\$ 740 milhões mensais até abril. O cálculo é do relator do Orçamento-Geral da União, deputado Iberê Ferreira (PFL-RN), porque o Congresso não conseguiu aprovar em tempo o Orçamento.

Pela Constituição, as contribuições financeiras só podem ser cobradas três meses depois de aprovadas. Deste modo, a Contribuição sobre a Movimentação Financeira (CMF), que previa a arrecadação de R\$ 6 bilhões ao ano (R\$ 500 milhões por mês) só poderá começar em abril. A arrecadação com a contribuição dos inativos e dos autônomos somaria mais R\$ 2,9 bilhões por ano, ou R\$ 240 milhões por mês. Também só poderá ser cobrada depois de três meses da votação.

A emenda constitucional da CMF, conhecida por imposto-saúde, já foi aprovada pelo Senado. Terá de passar por uma votação em comissão especial da Câmara e duas aprovações no plenário.

A intenção do Governo em fazer a previsão da verba no Orçamento-Geral da União era a de ganhar tempo. Se o Congresso aprovar a CMF, a contribuição passará a ser cobrada imediatamente, porque já está prevista no Orçamento da União.

**Abacaxi** — Quanto aos inativos e aos autônomos, trata-se de projeto de lei, que não tem as complicações nem as polêmicas de uma emenda constitucional como a da CMF. O relator do Orçamento, deputado Iberê Ferreira (PFL-RN), lamentou o fato de o Congresso não ter aprovado a tempo o Orçamento-Geral da União. “O governo terá de pensar depressa em uma forma de compensar o déficit de pelo menos R\$ 740 milhões mensais”, disse Ferreira. Ele queixou-se também de ter de continuar trabalhando no Orçamento em 96.

O Governo decidiu deixar a convocação do Congresso para o início da segunda semana de janeiro para amenizar a crise política provocada pelo escândalo do Sistema de Vigilância da Amazônia (Sivam), a divulgação dos nomes de políticos de partidos como o PFL, o PMDB e o PSD, que teriam recebido recursos de bancos, no episódio do vazamento da “pasta cor-de-rosa” e as acusações entre os aliados, de assédio e cooptação de parlamentares.